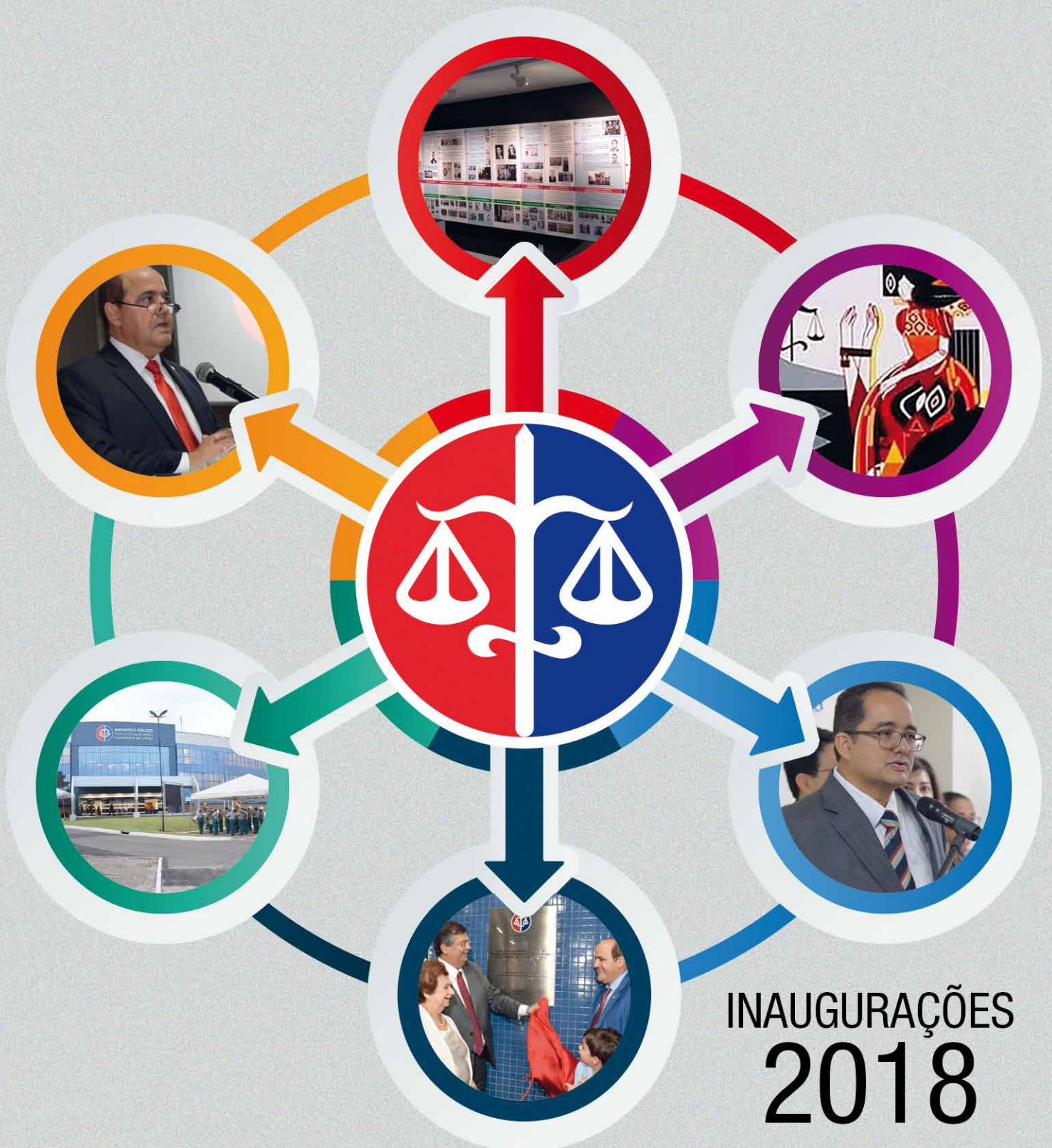


Informativo

MP Memória



Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão EDIÇÃO ESPECIAL – MAIO 2019



INAUGURAÇÕES
2018

EDITORIAL

“Nem sempre foi assim. Custou a ser assim. Para chegar-se ao dia de hoje, longo foi o caminho, áspera a jornada, ingentes os sacrifícios”.

Essas palavras, já bastante familiares aos membros do Ministério Público maranhense, de autoria da ex-Procuradora-Geral de Justiça (1990-1994), Elimar Figueiredo, expressam o reconhecimento das dificuldades atravessadas pela Instituição ao longo dos anos, mas, também, chamam a atenção para as conquistas alcançadas.

Dentre essas conquistas, especificamente no campo da modernização e do aparelhamento material do Ministério Público do Maranhão, destacam-se, neste número especial do Informativo MP Memória, as inaugurações ocorridas em São Luís no ano de 2018 e que dotaram o *Parquet* maranhense de renovadas instalações destinadas a ampliar e a aprofundar a presença do Ministério Público na vida da sociedade maranhense.

Assim, traz-se, aqui, primeiramente, relato sobre a reinauguração da sede das Promotorias de Justiça da Capital, em renovado e moderno imóvel agora denominado Prédio Promotor Público Celso Magalhães, ocorrida em 15 de março de 2018, seguido de artigo alusivo a esse evento, de autoria do Coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público, o Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto.

Do mesmo modo, traz-se a notícia da inauguração, em 14 de dezembro de 2018, do Centro Cultural e Administrativo “Aurora Correia Lima”, assim como artigos referentes à inauguração da nova sede do Memorial do Ministério Público, de autoria do Promotor de Justiça e membro da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público, Washington Luís Maciel Cantanhede, e às novas instalações da Escola Superior do Ministério Público, de autoria de seu Diretor, o Promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques.

Ganha o Ministério Público, com modernos prédios, somados à sede da Procuradoria Geral de Justiça, inaugurada em 2016, mas, sobretudo, ganha a sociedade maranhense, com instalações dignas e plenamente acessíveis, onde são desenvolvidas atividades para a garantia dos direitos do cidadão, para o exercício do direito de todos à cultura e à informação e para a preservação da memória daqueles e daquelas que sempre lutaram e ainda lutam, quotidianamente, para assegurar o respeito integral à dignidade da pessoa humana em todas as suas múltiplas manifestações.

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Promotor de Justiça do Maranhão
Membro da Comissão Gestora
do Programa Memória Institucional

INFORMATIVO ANUAL DO PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO



LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Promotor de Justiça / Diretor-Geral da PGJ

Marcos Antonio Santos Amorim
Promotor de Justiça / Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA DO PROGRAMA:

Teodoro Peres Neto
Procurador de Justiça / Coordenador da Comissão

Washington Luiz Maciel Cantanhede
Promotor de Justiça

Ana Luiza Almeida Ferro
Promotora de Justiça

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Promotor de Justiça

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Lucina Macedo Medeiros
Coordenadora de Comunicação

MEMBROS HONORÁRIOS:
João Raymundo Leitão
Procurador de Justiça aposentado
Reinaldo Campos Castro
Procurador de Justiça aposentado
Elimar Figueiredo de Almeida Silva
Procuradora de Justiça aposentada

COORDENAÇÃO DO INFORMATIVO:
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

CONCEPÇÃO, ORGANIZAÇÃO, TEXTOS E SELEÇÃO DE FOTOS:
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

COLABORAÇÃO:
Conceição de Maria Lima Guedes
Analista Ministerial (Bibliotecária)
Rômulo de Sá Malta
Técnico Ministerial

DIAGRAMAÇÃO:
Wemerson Duarte Macedo

IMPRESSÃO:
Gráfica Cidade Mais Soluções Editoriais (Goiania/GO)

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão
Endereço: Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau.
São Luís/MA. CEP: 65076-820.
Telefones: (98) 3219-1600 / (98) 3219-1624.
Homepage: <http://www.mppma.mp.br/>

Memorial do Ministério Público do Maranhão
Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro. São Luís/MA.
CEP.: 65020-910 (Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão)
Telefones: (98) 3219-1950/ (98) 3219-1804.
Homepage: <http://www.mppma.mp.br/memorial/>
Funcionamento: segunda-feira à sexta-feira, das 8 às 15 horas

Servidores e Estagiários do Programa Memória e do Memorial:
Kelcilene Rose Silva - Assessora Técnica (Historiadora)
Susane Maria Pinto Viegas - Analista Ministerial (Bibliotecária)
Maria Édula Marçal Lima - Bibliotecária
Alda Iris Arruda de Araújo – Monitora
Geisa Moreira da Silva – Monitora
Djalma Vieira Pereira II – Estagiário de História
Gyselle Cristina dos Santos Silva – Estagiária de História
Roberto Rodrigues Fernandes Lima – Estagiário de História

INAUGURAÇÃO DA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Aconteceu em 15 de março de 2018, a reinauguração do prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital, na Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau. O prédio, com 4.370,62m² de área construída e 3.094,58m² de área urbanizada, abriga as Promotorias de Justiça da Comarca de São Luís.

Durante a inauguração, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, resgatou a história do Ministério Público. “Esse exemplo de força e convicção no exercício das funções ministeriais, que nos deu Celso Magalhães, ainda no Império, teve incontáveis reflexos, forjando a alma institucional do Ministério Público Timbira, e inspirando resiliência para resistirmos até o final”, destacou.

O procurador-geral de justiça também falou sobre o trabalho realizado na reconstrução do prédio. “O edifício que agora inauguramos, e que muito mais que merecidamente passa a ser chamado oficialmente Edifício Promotor Celso Magalhães, é um exemplo nítido dessa resiliência. De uma estrutura a que se chegou a conclusão de ser inadequada por motivos estruturais, temos hoje um edifício completamente refeito, dotado das mais modernas tecnologias de funcionamento, propiciando dignas condições de trabalho aos membros e servidores do Ministério Público, mas, sobretudo, propiciando conforto e comodidade a toda a sociedade”, disse. Luiz Gonzaga Coelho falou, ainda, sobre o tempo de execução da obra e as polêmicas que envolveram o caso. “Ressalto que o Conselho Nacional do Ministério Público, instância máxima para decisões administrativas no âmbito do Ministério Público brasileiro, analisou todas as questões relativas à interdição e reforma deste prédio e concluiu que não houve por parte da Administração Superior desídia ou excesso de prazo na adoção das providências necessárias para a recuperação, bem como nos processos avocados para apuração das responsabilidades sobre os fatos chegou a conclusões definitivas, atribuindo a responsabilidade a quem de direito, ficando evidenciado que nenhum membro do Ministério Público do Maranhão ou servidor efetivo

do órgão teve contra si imputada responsabilidade pessoal pelos problemas estruturais detectados. O relatório de todas as fases da obra e das decisões do Conselho Nacional do Ministério Público aqui mencionadas, está disponibilizado na página institucional do Ministério Público do Maranhão, disponível a qualquer interessado, reforçando a transparência com que a instituição sempre tratou a matéria”.

Presente ao evento, o governador Flávio Dino destacou o trabalho atuante do Ministério Público do Maranhão em prol do cidadão em todas as cidades e lembrou do compromisso social que deve nortear as ações institucionais. “Nenhum drama humano é banal. Nenhum processo é banal. Exercemos a função pública em nome de milhões e milhões de anônimos e devemos honrar este compromisso. Viva o Ministério Público. Viva o Maranhão!”.

No mesmo sentido, o diretor das Promotorias de Justiça da Capital, promotor de justiça Paulo Silvestre Avelar Silva, destacou que a reinauguração da sede é resultado do esforço de membros e servidores que esperavam por este momento. “Temos o dever de servir muito bem aos cidadãos que vierem a esta casa em busca de um alento para ver encaminhada ou solucionada a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Essa é a nossa missão”.

O presidente da Ampem, Tarcísio José Sousa Bonfim, em seu discurso, afirmou o esforço do MPMA em fazer sempre mais e melhor com menos, lembrando que as dificuldades orçamentárias não impediram de crescer e melhorar as condições de trabalho de membros e servidores. “Aqui temos uma nova casa de trabalho, uma nova casa do povo, uma nova casa do cidadão e da cidadania. Todos serão bem-vindos, notadamente os necessitados, os injustiçados, enfim, todos os titulares da cidadania”.

Na sequência, foram inaugurados o auditório “Promotora de Justiça Ironilde Sousa Ribeiro” e a galeria de diretores das Promotorias de Justiça da Capital, ambos localizados no segundo andar do prédio.

O diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, Emmanuel José Peres



Prédio-sede conta com modernas instalações

Netto Guterres Soares, fez uma apresentação a respeito de todas as obras realizadas no prédio, que tiveram início em 2008. O primeiro contrato, firmado em 2007, com a Construtora Castelo Branco, foi rescindido pela Procuradoria Geral de Justiça em 2009.

Em seguida, foi contratada a PHD Engenharia Ltda. para realizar a avaliação e projeto de recuperação estrutural do prédio (R\$ 121 mil) e prestar consultoria técnica da recuperação e proteção da estrutura da edificação, ao custo de R\$ 513 mil.

No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013, ficou a cargo da Jatobeton Engenharia Ltda. o trabalho de recuperação e proteção estrutural do prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital (R\$ 5.671.198,30). A partir de junho de 2014 teve início a reforma do edifício, realizada pela Construtora Domus Ltda., ao custo de R\$ 7.496.113,62. Dessa forma, o custo total da reforma civil foi de R\$ 13.801.311,92.

Em julho de 2017 tiveram início as obras de aparelhamento tecnológico do prédio. A Fonmart Tecnologia realizou serviços como cabeamento para computadores, telefones, câmeras e outros dispositivos; sistemas de controle de acesso, detecção e alarme de incêndio; sistema de sonorização ambiente e de emergência; integração com os sistemas de segurança eletrônica e gerenciamento predial existentes na sede da PGJ, entre outros. Nesses serviços foram investidos R\$ 8.329.589,97.

Por fim, o serviço de climatização dos ambientes foi realizado pela VR Climatização e Ar-condicionado Ltda., ao custo de R\$ 2.837.620,00. Dessa forma, o custo total da obra foi de R\$ 24.968.521,89.

Da Administração Superior do Ministério Público do Maranhão, estiveram presentes o subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa; a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos dos Santos Costa; a ouvidora do MPMA, Rita de Cassia Maia Baptista; o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, Marco Antonio Santos Amorim; o promotor de justiça Ednarg Fernandes Marques, representando o corregedor-

-geral do MPMA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; a diretora da Escola Superior do MPMA, Ana Teresa Silva de Freitas; a procuradora de justiça aposentada, Elimar Figueiredo; além de outros membros e servidores da instituição.

A solenidade foi prestigiada por diversas autoridades, dentre elas o vice-governador Carlos Brandão; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Braga Júnior; o desembargador Jamil Gedeon representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o ouvidor do Conselho Nacional do Ministério Público, Erick Venâncio Lima do Nascimento; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão, Thiago Diaz.

Participaram, também, o conselheiro chefe do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, José de Ribamar Caldas Furtado; o procurador do Ministério Público do Trabalho no Estado do Maranhão, Marcos Antônio de Souza Rosa, representando a instituição; o procurador-chefe do Ministério Público de Contas, Jairo Cavalcanti Vieira; o juiz do trabalho Manuel Joaquim Neto, representando a presidência do Tribunal Regional do Trabalho; o Defensor Público Geral do Estado do Maranhão, Werther de Moraes Lima Júnior; e o procurador-geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia, e o vice-diretor do Foro da Justiça Federal Seção Maranhão, José Valterson de Lima.

(Reprodução, com algumas alterações do texto, da matéria publicada pela Coordenadoria de Comunicação da PGJ na home-page do MPMA em 15.3.2018)



Ex-Diretores das Promotorias da Capital posaram para foto



Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga destacou trabalho realizado



Governador Flávio Dino enfatizou compromisso social do MPMA



Presidente da AMPEM Tarcísio Bonfim ressaltou conquistas



Diretor-geral da PGJ Emmanuel Guterres apresentou relatório da obra



Autoridades prestigiaram evento



Autoridades descerraram a placa de reinauguração



Diretor das Promotorias de Justiça Paulo Avelar enalteceu a missão do Ministério Público



Reinauguração foi prestigiada por representantes dos poderes



Promotores de justiça participaram da inauguração



Ex-Procuradora de Justiça Elimar Figueiredo foi recebida pelo Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho

Redação e fotos: CCOM-MPMA



INAUGURADO O EDIFÍCIO PROMOTOR CELSO MAGALHÃES

Viva a luz das manhãs esplendorosas. Doira-me a frente, inunda-me de rosas. Para cantar! Assim, na manhã do dia 15 de março de 2018, tudo tinha desaparecido em névoa alvacenta, e às 18h ocorreria a reinauguração do edifício Sede das Promotorias de Justiça da Capital. Era um misto de ansiedade, preocupação e esperança invadindo a todos, de que esse fosse um dia limpo e sem chuvas, propício à beleza da inauguração, cujos apelos só foram atendidos no turno da tarde.

Às 9h50 reinava apenas no ar um clarão fraco, com uma simples demora da alvorada. O nevoeiro fechou-se de todo, como um muro, nuvens boiando gordas e macias, fazendo-se e desfazendo-se, aqui e ali, rápido esgarçando-se. Não havia pássaros. Todos os cânticos da mata verde em frente, ao lado e nos fundos do Edifício Promotor Celso Magalhães, apareciam afogados no dilúvio das grossas e cinzentas nuvens... A cantoria alegre de um grilo retinia ali perto, num oco de pau! Por volta das 10h40, a chuva cessou, ficando o nevoeiro somente, que ia se dissipando. Às 12h, o sol, a prumo, passou as horas: descampando, refrescando com a sua brisa e soprando rijo o vento. Não ceciam as palmeiras e ariris, que gemiam e convulsamente agitavam as flabeladas folhas. Das diversificadas árvores, como guarirobas, janagubas, mangueiras, patagonulas, inuíbas-vermelhas, carnaúbas, pequis, babaçus, existentes na mata, abrigavam-se ninhos de abelhas-arapuá, de coloração negra reluzente, abrigando dentro do tronco cernoso, enxames de abelha e de cupins, semelhantes a coscorões, cujos altos troncos são coroados pela grande cúpula verde, formada pelos seus galhos e folhas, belas e graciosas. Os cipós e as ervas de passarinhos, engrazando-se pelos ramos das árvores vizinhas,

desciam até o solo, formando grinaldas e cortinas de folhagem, que se pendiam aos galhos da sapucaieira.

E a tarde veio chegando de mansinho, fria destas tardes vagarosas de inverno, em que o brilho do céu é vivo e trêmulo. A limpidez do céu, a translucidez do ar, o esplendor do sol, já descambavam em toda área do pátio do edifício, ressaltavam a relva verdinha e viçosa nos seus jardins. As rosas para nós não tanto desfolhadas, almas das manhãs harmoniosas, da luz que acorda o berço e que as entreabre, faziam o nectário rir ao pé de cada abelha, e faziam pássaros cantar em ninhos ao pé de cada flor. Logo ali, o pássaro arquiteto e pedreiro João-de-Barro construía sua casa nos galhos das árvores, morcegos cruzavam o ar, numa estranha melodia, que cravavam na alma da gente as sibilinas garras. Bem-te-vis soltavam seu canto, repetindo o seu próprio nome: “Beeem, te vi!”, assim como a cigarra cantadeira no tronco da palmeira, enquanto a luz do dia abraçava e cheirava o mato verde, repetia: “Chia! Chia! Chia!”. As formigas carregadeiras, que juntam grãos, estocavam no fundo da terra seus alimentos, que não dão e nem emprestam.

Bem em frente, logo na extensão da Avenida Carlos Cunha, a floresta é deslumbrante. À luz do ocaso, a cidade brilhava, cravada às margens do mar, numa semi-confusão de torres, mirantes, igrejas, muros e telhados. No relevo de maior altitude, ficam os Palácios dos Leões, de La Ravardière, construído em 1689, a Corte de Justiça, a Catedral da Sé, Convento do Carmo, Igrejas de Santo Antônio, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, São João, São Pantaleão, Desterro, dos Remédios; o Convento das Mercês, o Hospital Geral Tarquínio Lopes Filho, o CEPRAMA, que ocupa o prédio da antiga Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, o Cemitério do Gavião, a Biblioteca Pública, o Liceu Maranhense e o Edifício dos Órgãos Fazendários no Maranhão. Seguindo numa linha reta, chega-se ao Outeiro da Cruz, marco da “batalha de Guaxenduba”, e em seguida, à altura do Sítio Pirapora e da Igreja de N. S. da Conceição, ambos no bairro do Anil,

separando-se a avenida, como uma forquilha e partindo de um lado para o Turu-Olho D’Água e de outro para a Igreja de São Cristóvão até o Aeroporto-Tirirical. Enfim, prossegue-se pela BR-135 até o Estreito dos Mosquitos, onde a bela ilha despede-se do abençoado continente do Maranhão, em todo o seu esplendor, como uma harpa eólia a cantar, à distância, como um véu, ao longe, indo a acenar por mim. No pendor da superfície do local, encontra-se o Centro Histórico (ou Praia Grande) e a Pedra da Memória, obelisco construído em cantaria no ano de 1841, para homenagear a maioria do Imperador Dom Pedro II, no Cais da Sagração. Dali, segue-se ao Portinho, Mercado Central, Fonte das Pedras, Fonte do Ribeirão e Praça Maria Aragão.

Voltando, então, ao ambiente festivo, muda-se sensivelmente, também no local, o cenário, quando se vê a passagem das gaivotas, voando serenas e das garças branquinhas, que podem ser vistas longe, muito longe, sob a cêrula planura, como um fantástico algodão em explosão de casulos; o bando de Guarás, cor de rubi e da logomarca do *Parquet*, “ruflando as asas, sacudindo as penas, vão todas em bandos e em revoadas”. Elas passavam pelo lado do edifício e seguiam em direção ao Tamancão, Anjo da Guarda, Itaqui e outras se deslocavam pela Ponta D’areia, rumo aos manguezais do Cujupe e de Alcântara, berçários dessas aves aquáticas pernaltas.

Naquele momento, em que o sol já declinava no horizonte e deitava-se sobre as matas do sítio Santa Eulália, no verde-escuro da Via Expressa, nos manguezais do Vinhais, Caratatiua, Camba e Jacaraty, os seus últimos raios anunciavam que era finalzinho da tarde. Vindo a lua brilhante e suave do ocaso, deslizando pelo verde tapete, enorme, com que se reveste o solo, enrolava-se como ondas de ouro e de um leque em tons entre o vermelho e amarelo, sobre a folhagem das árvores. Os espinhos silvestres desatavam as delicadas flores amarelas e brancas; os buritis abriam as suas palmas mais novas para receber no seu caule o orvalho da noite. Enquanto as cotias,

tatus, pebas, corujas, macacos capijubas procuravam o abrigo ideal, eis que pousa um gavião no corrimão do peitoril do prédio sede da PGJ, que ao pressentir a presença de alguém, logo esvoaçou e seguiu pelos ares, em meio à incomparável beleza daquela floresta bendita! Enquanto isso, a siricora e a juriti, chamando suas companheiras, soltavam os arrulhos doces e saudosos com o que se despedem do dia.

Uma sinfonia de notas graves saudava o tingido pôr do sol, que neste momento se encontrava na linha do horizonte, num fundo alaranjado, confundindo-se com a saudação do discurso proferido pelo Procurador Geral de Justiça, Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, com alegria e satisfação pela conquista almejada, enaltecendo os servidores, os membros, as autoridades e os demais convidados do evento, acalentando o seu brilho, ao passo que se ocultava no horizonte, cedendo o sol à doce influência da tarde. Começava a Ave-Maria.

Sob esse terno clima, às 18h10 foi reinaugurado pelo Procurador-Geral de Justiça, o Edifício Promotor Celso Magalhães, situado na Avenida Carlos Cunha, no Calhau, com 4.370,62m² de área construída e 3.094,58m² de área urbanizada, contando com as ilustres presenças do Governador do Maranhão, Flávio Dino, do seu Vice, Carlos Brandão, de vários Secretários de Estado, do Prefeito de São Luís, dos representantes do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público Federal e do Trabalho, do Tribunal de Contas do Estado, da Defensoria Pública Estadual e dos membros e servidores da instituição, tendo o Dr. Gonzaga resgatado a história do Ministério Público do Maranhão, explorando em sua fala a força e convicção que forjaram a alma institucional, além de festejar a reconstrução do edifício, dotado agora de condições mais dignas de trabalho e tecnologias em prol dos que operam em seu âmbito, finalizando suas belas palavras, que, como sucessores que somos de Celso Magalhães, operamos em favor da cidadania, com a missão perene de servir a sociedade e, sobretudo, aos cidadãos mais humildes e sedentos de justiça. O Governador do Estado, por sua vez, destacou a atuação do *Parquet*, especialmente aquela destinada ao cidadão, citando que: “Nenhum drama humano é banal. Nenhum processo é banal. Exercemos a função pública em nome de milhões e milhões de anônimos e devemos honrar este compro-

misso. Viva o Ministério Público. Viva o Maranhão!”. Notável destacar a elegância, sutileza, encantos, regozijos e formosura das mulheres que prestigiaram o magnífico evento. Palmas, palmas e mais palmas!

O diretor das Promotorias da Capital, Dr. Paulo Avelar, realçou que a reinauguração da sede é resultado do esforço de membros e servidores, ao passo que o Dr. Tarcísio Bonfim, presidente da Ampem, no seu discurso, discorreu sobre as consideradas dificuldades orçamentárias que, apesar de presentes, não impediram o cres-



Novas Instalações das Promotorias de Justiça da Capital

cimento e melhoria das condições de trabalho, concluindo que as novas instalações terão préstimo a toda a sociedade, notadamente os necessitados e injustiçados. Na sequência, pronunciou-se o diretor-geral da PGJ, Emmanuel Peres Soares, discorrendo sobre o cronograma das obras empreendidas desde o ano de 2008, até a sua conclusão, em 2018.

O edifício inaugurado homenageia alguns Promotores Públicos que fizeram história e tiveram grande contribuição na conquista das garantias institucionais do Ministério Público, dentro eles Antonio de Brito Sousa Gayoso, Cândido Mendes de Almeida, Felipe Franco de Sá, Francisco Correa Leal, Maria da Conceição Amorim Mota e Aurora Correia Lima Félix, cujos nomes levam as alas do prédio inaugurado, como forma de reconhecimento do relevante serviço prestado em favor da nossa instituição e por que não dizer, da própria sociedade.

Não se trata apenas de um prédio bonito, mas de instrumento para que os membros do Ministério Público sejam um canal adequado ao atendimento eficiente da sociedade maranhense, levando inúmeros benefícios à população e com melhores condições de trabalho, na busca da tão almejada mudança da realidade social injusta, que assola o nosso país e da erradicação da corrupção sistêmica.

O edifício conta com modernas instalações e acessibilidade, que atende

às pessoas com deficiência, contando com aparelhamento tecnológico de ponta, suporte para câmeras e dispositivos de segurança, estacionamento privativo, sistemas de controle de acesso, detecção e alarme de incêndio, sistema de sonorização ambiente e de climatização.

Esse prédio é magnífico e não no sentido de ostentação, mas de dar dignidade às pessoas que trabalham e àquelas que usam as atividades do Ministério Público. Todos nós sabemos da importância constitucional da nossa instituição, que é indispensável para a cidadania e para que a população tenha vários de seus problemas atendidos.

Aqui se entrega à sociedade ludovicense a construção de sonhos e ideais dos membros que vivem a cobrar e a exigir a construção da cidadania digna. É com muito orgulho que se entrega à população essa que é a Casa da Cidadania, que denominamos de Edifício Promotor Celso Magalhães, patrono do Ministério Público maranhense.

Dito tudo isso, fica o alerta de que o imóvel sede das promotorias tem em seu entorno o que restou de área verde na Capital, tratando-se portanto do pulmão da nossa Grande Ilha do Amor, devendo como tal ser preservada a área e bem cuidada, responsabilidade esta que também compete aos demais órgãos que se encontram na mesma localidade, dentre eles o Fórum, a Secretaria de Fazenda, o Hospital Carlos Macieira, a Universidade Ceuma, o Colégio Reino Infantil, o Conselho Regional de Medicina – CRM/MA, o Conselho Regional de Enfermagem – COREN/MA, o Parque Estadual do Sítio do Rangedor, o Tribunal de Contas, a Secretaria de Saúde, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), o Comando Geral da Força Pública do Estado, dentre outros, a fim de assegurar à atual e às futuras gerações contato com o pouco de natureza que ainda possuímos.

Façamos todos nós um bom uso das nossas instalações, sempre preservando o ecossistema natural, de grande relevância ecológica e beleza cênica, com a simplicidade, competência, solidariedade, responsabilidade e humildade que requer o nosso trabalho!

São Luís (MA), 15 de março de 2018.

Teodoro Peres Neto
Procurador de Justiça do Maranhão
Coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional

MPMA INAUGURA CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO

O EVENTO

O Ministério Público do Maranhão inaugurou, na tarde de 14.12.2018, o seu Centro Cultural e Administrativo, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 1396, Centro de São Luís. O prédio sediou a Procuradoria Geral de Justiça no período de 1994 a 2016.

Com área total de 4.825m², a nova unidade do MPMA, com foco na área cultural e histórica, tem a missão de sediar órgãos da Instituição, dar visibilidade ao seu trabalho e oferecer à comunidade um espaço de estímulo às artes, projetos sociais e educacionais.

O antigo prédio da PGJ, agora denominado Edifício Dra. Aurora Correia Lima, passou a abrigar, além do Centro Cultural, o Memorial do Ministério Público, a Escola Superior do Ministério Público, os Centros de Apoio Operacional, 23 Promotorias de Justiça e, em cortesia a instituições parceiras, espaços como o escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Além disso, partes autônomas do espaço receberam denominação em homenagem a figuras marcantes da Instituição: Anexo Suvamy Vivekananda Meireles, Espaço de Artes Ilzé Cordeiro, Sala de Reuniões José Bento Neves. Foi mantida a denominação do Auditório Antônio Carlos Lobato.

Um dos destaques do Edifício Dra. Aurora Correia Lima é a sua parede lateral externa, visível à distância, dada a sua elevação. Nela, o artista plástico Naldo Saori produziu uma pintura mural policromática que retrata, na técnica de grafite, modernamente festejada, o julgamento da futura Baronesa de Grajaú pelo Tribunal do Júri, sob acusação do Promotor Público Celso Magalhães, face ao homicídio do escravinho Inocêncio. A obra tomou como referência anteriores trabalhos artísticos sobre o tema legados ao MPMA pelo seu Programa Memória.

No início da solenidade, a ex-Procuradora-Geral de Justiça Elimar Figueiredo, o Corregedor-Geral do MPMA Eduardo Jorge Hiluy Nicolau e o servidor Roberto Castro Gomes fizeram doações para o acervo do Memorial.

O diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, Promotor de Justiça Emmanuel José Peres Netto Guterres



Inauguração aconteceu na tarde de 14.12.2018

Soares, fez uma apresentação sobre os custos da obra e as mudanças realizadas no prédio para abrigar as novas unidades. A reforma total teve um investimento de R\$ 4.532.590,36, estimando-se em R\$ 1.160 o metro quadrado. “A reforma incluiu a parte hidráulica, elétrica, sanitária e estrutural. O projeto foi todo pensado para atender aos padrões de acessibilidade. Fizemos, também, a recuperação de logradouros e um projeto de paisagismo. Estamos entregando à comunidade um espaço que valoriza a Instituição e, principalmente, os cidadãos que aqui vierem” – declarou o diretor-geral.

A Procuradora de Justiça aposentada e ex-Procuradora-Geral de Justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva fez um resgate da instalação da Administração Superior no prédio que passou a abrigar o Centro Cultural e Administrativo e as outras unidades: “Em 1994, após negociação com o governo estadual, recebemos as chaves deste prédio e no ano seguinte, na gestão do então Procurador-Geral Jamil Gedeon, a Procuradoria Geral de Justiça foi aqui instalada”.

Ao agradecer as homenagens recebidas, como ser designada membro honorário da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do MPMA, e as manifestações de reconhecimento pela contribuição durante os 40 anos de carreira, Elimar Figueiredo saudou membros e servidores. “A atuação decidida, corajosa e eficiente dos procuradores, promotores de justiça e serventuários do MP tem o reconhecimento e a admiração da sociedade. Viva o Ministério Público

do Maranhão, viva o Ministério Público brasileiro!” – acrescentou.

O chefe da Casa Civil do Governo do Maranhão, Marcelo Tavares, que representou o governador Flávio Dino, saudou o Ministério Público por mais essa conquista: “Nós que fazemos o Poder Executivo nos sentimos homenageados quando vivenciamos o fortalecimento do Ministério Público. O dinheiro público, quando bem empregado e tratado com transparência e honestidade, traz frutos importantes para a coletividade”.

Em sua fala, o Procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, afirmou que somente exerce sua cidadania quem tiver a plenitude de seus direitos, o que inclui seus direitos culturais. Para o chefe da Instituição, o prédio reinaugurado será tanto um local de serviço quanto um espaço de arte para a comunidade maranhense. “Vamos, a um só tempo, elevar nossa humanidade e utilizar produtos e atividades culturais para, de forma sempre transparente, prestar contas à sociedade sobre nossas atividades institucionais, propiciando ao cidadão o controle social sobre nossos projetos e programas, previstos em nosso Planejamento Estratégico, por meio de exposições, rodas de conversa, apresentações artísticas, debates e outras formas de manifestação cultural” – explicou.

Luiz Gonzaga Martins Coelho também lembrou, em seu discurso, pessoas importantes para a história do Ministério Público maranhense, como a servidora Rosa Coutinho e os procuradores de justiça Suvamy Vivekananda Meireles, Ilzé Vieira de Melo Cordeiro,

Antonio Carlos Pereira Lobato, José Bento Nogueira Neves e Aurora Correia Lima, que nomeiam as instalações. “Fazemos com que os ventos do tempo não apaguem nossas marcas e sim nos façam planar acima delas, para vê-las por inteiro, registrando-as em honra de seu valor histórico e da importância das conquistas alcançadas para a sociedade maranhense” – declarou.

Após os discursos, atores encenaram apresentações de importantes promotores públicos do passado histórico da Instituição: Celso Magalhães, patrono do MPMA; Cândido Mendes e Conceição Mota, ícones e pioneiros da instituição.

Em seguida, os presentes foram convidados a conhecer as novas instalações do Memorial do Ministério Público.

O Centro Cultural foi efetivamente aberto ao público no primeiro dia útil seguinte, segunda-feira, 17.12.2018.

AUTORIDADES

Autoridades dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, membros e servidores do MPMA, parentes destes e outros convidados prestigiaram o evento.

Compareceram à solenidade o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, que representou o governador do Estado; o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior; o desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, ex-Procurador-Geral de Justiça, representando o Tribunal de Justiça do

Estado do Maranhão; o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela; o secretário de Cultura do Estado, Diego Galdino; o secretário do Tribunal de Contas da União no Maranhão, Alexandre José Caminha Walraven; o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, José Ribamar Caldas Furtado; o procurador-chefe do Ministério Público de Contas do Maranhão, Jairo Cavalcanti Vieira; o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Luciano Aragão Santos; o deputado Edivaldo Holanda, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão; o presidente da AMPEM, Promotor de Justiça Tarcísio José Bonfim; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Maranhão, Thiago Diaz; o presidente da Fundação Nagib Haickel, Joaquim Haickel; e o ex-presidente da OAB-MA, Carlos Nina, entre outras autoridades e convidados.

Membros e servidores do MPMA presentes: o Corregedor-Geral do MPMA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa; a Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos dos Santos Costa; a Ouvidora do MPMA e Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), Rita de Cássia Maia Baptista; os procuradores de justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Themis Maria Pacheco de Carvalho, Carlos Jorge Avelar Silva, Krishnamurti Lopes Mendes França, Ana Lídia de Mello e

Silva Moraes, Iracy Martins Figueiredo Aguiar; o Procurador de Justiça Teodoro Peres, coordenador da Comissão Gestora do Programa Memória do MP, e demais membros do órgão (Promotores Washington Cantanhede, Cláudio Frazão e Ana Luíza Ferro; e coordenadora de Documentação e Biblioteca da PGJ, Maria dos Remédios dos Santos); o Subcorregedor Marco Antonio Anchieta Guerreiro; o diretor da Escola Superior do Ministério Público, Promotor Márcio Thadeu Silva Marques; o diretor-geral da PGJ, Emmanuel Guterres; o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, Promotor Marco Antonio Santos Amorim; o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Promotor Raimundo Nonato Leite Filho; dezenas de Promotores de Justiça da Capital e do Interior; todos os coordenadores dos setores e chefes de seção da Procuradoria Geral de Justiça; muitos servidores da Casa, inclusive todos os vinculados ao Programa Memória.

A solenidade foi prestigiada, ainda, pelos membros do MPMA já apresentados, Elimar Figueiredo, Néa Bello, Raimundo Marques, João Leitão, Helena Hiluy, Reinaldo Castro, Luís Henrique Lago e Clésio Muniz. Suvamy Vivekananda Meireles, Aurora Correia Lima, Ilzé Cordeiro, José Bento Neves, Antônio Carlos Lobato e Rosa Coutinho foram representados por seus familiares.

(Reprodução, com algumas alterações do texto, da matéria publicada pela Coordenadoria de Comunicação da PGJ na home-page do MPMA em 14.12.2018)



Autoridades prestigiaram o evento



Autoridades descerraram placa



Audatório do Centro Cultural na Cerimônia de Inauguração



Ex-Procuradora de Justiça Elimar Figueiredo destacou história do MPMA



PGJ destacou conquista no Dia Nacional do MP



Fachada do prédio ganhou novo mural

Fotos: CCOM-MPMA

MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REMODELADO E AMPLIADO, EM NOVO LOCAL



Espaço convencional



Espaço multimídia

Fruto da iniciativa do Procurador-Geral de Justiça *Raimundo Nonato de Carvalho Filho*, após conhecer a experiência de resgate e valorização da memória institucional levada a efeito pelo Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, o Memorial do Ministério Público do Maranhão, inaugurado por ele, em 14 de dezembro de 2004, no pavimento térreo de um sobrado histórico da Rua do Giz/Praia Grande-Centro Histórico de São Luís/MA, cedido pelo Governo do Estado, foi uma ideia maturada, projetada e concretizada ao longo dos dois anos antecedentes.

Inicialmente foi pensado como produto a resultar do Projeto Memória do MPMA, criado em dezembro de 2002 e coordenado por uma comissão, então constituída, sob a presidência do Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público *João Raymundo Leitão*, composta pelo Procurador de Justiça *Reinaldo Campos Castro*, pelo autor destas notas, pela bibliotecária *Maria dos Remédios Ribeiro dos*

Santos (coordenadora de biblioteca e arquivo da Procuradoria Geral) e pela jornalista *Waldenice Oliveira* (coordenadora de comunicação do órgão).

Mas, em 2004, o Memorial, antes mesmo da sua inauguração, passou a ser vislumbrado como algo a constituir linha de atuação ou manifestação permanente de um programa de memória institucional, em que, no mês de junho do mesmo ano, mediante resolução do Colégio de Procuradores de Justiça, se transformou aquela primeira iniciativa, pois fora constatada a necessidade de ter duração contínua.

Afinal, restava claro, desde o final de 2003, quando se fez a publicação da primeira obra escrita sobre a história institucional (a transcrição dos marcos legais da sua trajetória republicana), que um longo caminho de resgate e valorização da memória do MPMA precisava ser trilhado, pois as fontes de pesquisa documental já identificadas indicavam a existência de uma rica história a desvelar.

O Memorial constituiu-se, dessa forma, no produto mais evidente, vistoso e emblemático da história do MP local. Em paralelo, as outras linhas de atuação do Programa Memória: política de conservação e preservação da documentação institucional e plano editorial, instituídos por aquela resolução de 2004; e registro da história oral, instituído em 2017.

Desativado em 3 de setembro de 2010, haja vista a rápida deterioração estrutural do prédio onde se dera sua instalação, foi reinaugurado pela Procuradora-Geral de Justiça *Regina Lúcia de Almeida Rocha*, no dia 9 de agosto de 2013, em outro local, bangalô alugado na Rua Newton Prado (“Montanha Russa”), também no Centro Histórico.

Seguiu-se, para o gaúdio dos ramos do MP brasileiro que se haviam aventurado pioneiramente na montagem dos seus espaços museológicos – e o Maranhão era tomado como uma das referências nesse sentido – a edição de normativa do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº 158/2017-CNMP), tornando obrigatória, em cada uma dessas unidades, o respectivo memorial.

Transferido, por decisão do Procurador-Geral de Justiça *Luiz Gonzaga Martins Coelho*, para o prédio próprio onde funcionou a Procuradoria Geral de 1994 a 2016, rebatizado de Edifício Dra. Aurora Correia Lima Félix (primeira promotora pública concursada do Maranhão, empossada em 1941 – uma das numerosas descobertas do Programa Memória), o Memorial do Ministério Público do Maranhão abriu suas portas nesse local no dia 14 de dezembro de 2018, com nova roupagem, em conjunto com a Escola Superior e os Centros de Apoio Operacional do MP, as Promotorias de Justiça de Substituição Plena e as especializadas da Educação e do Meio Ambiente, em um complexo denominado Centro Cultural e Administrativo, integralmente ali instalado.

Cumprindo a diretriz traçada pela chefia da Instituição, a Comissão Gestora do Programa Memória empenhou-se fortemente na consecução do objetivo, que definiu, de conferir novas feições e funcionalidade ao Memorial, com o apoio dos servidores da PGJ atuantes nas áreas afins à execução das tarefas necessárias, destacando-

-se, nesse sentido, a elaboração do respectivo projeto e a supervisão de sua execução, incumbências da servidora do quadro efetivo Dulce de Maria Alves Serra Moreira, *designer* de interiores, tendo sido o projeto previamente aprovado, com pequenas alterações, pela Comissão em decisão chancelada pelo Procurador-Geral, não se eximindo também de acompanhar a sua execução.

Em seu novo endereço, o Memorial dispõe de dois espaços de exposição interligados por uma passarela.

No espaço convencional, com detalhes decorativos que evocam o Século XIX, mantém o acervo que remonta à época das suas primeiras instalações, em sua maior parte previsto na resolução instituidora do Programa Memória: busto do promotor público Celso Magalhães (1849-1979), patrono do Ministério Público Estadual, esculpido de acordo com gravura da época do falecimento do homenageado, ignorada até 2001, quando, resgatada pelo autor destas notas, foi republicada em perfil biográfico daquele; reconstituição do gabinete do Procurador-Geral do Estado nos anos 1930, então chefe da Instituição, de acordo com documento da época localizado no arquivo da PGJ; pintura representando o julgamento da Baronesa de Grajaú pelo Tribunal do Júri de São Luís, em que atuou Celso Magalhães, de acordo com informações recolhidas de fontes primárias diversas e também inspirada na reconstituição literária do fato, constante no romance *Os tambores de São Luís*, de Josué Montello; reprodução de vários documentos importantes para a história do Ministério Público Estadual, pertencentes ao Arquivo Público do Estado (Século XIX) e ao arquivo da própria PGJ (Século XX); galeria dos ex-procuradores-gerais de justiça (1967 a 2016); galeria dos ex-corregedores-gerais do Ministério Público (1973 a 2017); e placa com a relação dos procuradores-gerais do Estado no período de 1891 a 1967, chefes do MP à época.

A esse acervo foram acrescentados os seguintes itens, quando da reinauguração em 2013, mantidos nas atuais instalações convencionais: painéis – biográfico de Celso Magalhães e historiográficos da Instituição – e galerias dos ex-ouvidores do Ministério Público e das mulheres pioneiras da Instituição, três primeiras promotoras públicas do Maranhão (Maria da Conceição Amorim Motta, Arcelina Rodrigues Mochel e Aurora Correia Lima – grandes descobertas do Programa Memória) e procuradoras-gerais de justiça que marcaram época na história do *Parquet* maranhense. Também foram mantidas no espaço convencional atual



Linha do Tempo faz registro histórico da Instituição



Corregedor-Geral do MPMA Eduardo Nicolau também fez doação ao Memorial



Ex-Procuradora de Justiça Elimar Figueiredo fez doação para o Memorial



Servidor Roberto Gomes autorizou doação para o acervo

as publicações do Programa Memória, bem como outras de interesse para a história institucional, publicadas pelos seus membros (oriundas dos acervos expostos nos dois espaços antecedentes). Ao acervo foram incorporados outros objetos evocativos da memória institucional, resultantes de doações recentes, além de itens complementares às galerias, dos quais o principal é a fotografia, obtida recentemente, da primeira promotora pública, Conceição Motta, nomeada em 1935, tendo sido a segunda do País, distinguida também como a primeira a ter exercício em comarca de capital estadual, no dito ano (precedência identificada pelo Programa Memória).

No espaço multimídia, ambiente com *design* moderno e aparência *clean*, agora acrescido, frontal ao primeiro e a ele vinculado fisicamente pela passarela, estão expostos: as vestes talares de procuradores e promotores de justiça (item também remanescente do primeiro acervo constituído); diplomas, placas e medalhas obtidos pela Instituição, pela Procuradora-Geral de Justiça *Elimar Figueiredo de Almeida Silva* – primeira eleita pela classe (1990), primeira do Brasil sob esse aspecto e pioneira em iniciativas de valorização da memória institucional – e pelos procuradores-gerais de justiça cujos nomes estão associados aos marcos fundamentais da trajetória do Memorial em seus 15 anos de existência, ocorridos em 14.12.2004, 09.08.2013 e 14.12.2018; painel mural exibindo uma linha do tempo da história do Ministério Público maranhense; e totens eletrônicos para acesso a conteúdos textual, iconográfico e audiovisual sobre o tema.

O painel da linha do tempo, carro-chefe da visitação no espaço multimídia, exhibe um apanhado da história

institucional desde 1619, quando criada a Ouvidoria do Maranhão pela Coroa Portuguesa, época colonial em que as funções de investigar, acusar e julgar concentravam-se em um só agente do Rei – pré-história do Ministério Público, na verdade. São 400 anos de história resenhados em uma área mural de 8 metros de comprimento por 1,5 metro de largura, fartamente ilustrada, com associação dos períodos da história ministerial maranhense às respectivas etapas das histórias estadual e nacional.

Trata-se de objeto museológico cuja criação resultou de ideia do Procurador-Geral *Luiz Gonzaga Martins Coelho*, estimulado pela observação de iniciativas semelhantes de outros ramos do Ministério Público, ideia a que deu forma integralmente, concebendo-a e efetivamente criando-a, o autor destas notas, com o auxílio técnico de profissional da computação gráfica. Registre-se que, para a concepção desse apanhado da história institucional, o autor, além do conhecimento e do acervo pessoais acumulados acerca do tema, valeu-se das informações constantes de fontes primárias resgatadas e publicadas pelo Programa Memória, revelação, nesse ponto, do êxito dessa importante atividade, que dá frutos desde dezembro de 2003, quando veio a lume o seu primeiro resultado.

Os totens eletrônicos disponíveis no espaço digital permitem, a partir de toques sobre *links* habilitados na linha do tempo, que constitui, devidamente adaptada, a tela de apresentação do conteúdo exibido nos equipamentos, acesso a reproduções de documentos históricos, com as respectivas transcrições exibidas paralelamente, informes historiográficos, notas biográficas e fotografias, além de trechos de áudios e vídeos de entrevistas



Busto do Promotor Público Celso Magalhães Patrono do Ministério Público do Maranhão

com destacados membros da Instituição, ativos e inativos.

Projeta-se, em próximos passos de incremento e modernização do acervo do Memorial, assim como de democratização do respectivo acesso, que o conteúdo desses dois novos itens (linha do tempo e totens eletrônicos)

passa a ser exibido, em sequência contínua, em tela de TV instalada no espaço convencional e fique disponível no sítio do Programa Memória na internet (<https://mpma.mp.br/memorial/>). E que, ao longo do tempo, ampliado mediante a inclusão de maior número de itens, o conteúdo dos totens possa ser acessado *in loco* com recursos de maior navegabilidade, a partir da modernização dos equipamentos.

Construído pela “prata da casa” do Parquet do Maranhão, agora “re-paginado” e mais amplo, o Memorial do Ministério Público Estadual entrou, portanto, no seu 15º ano de existência como espaço museológico digno das nossas mais altas tradições culturais.

Estão de parabéns, por isso, o Ministério Público Estadual e a sociedade maranhense, pois contam com um espaço de memória lucidamente montado, sem dar lugar a apelos por uma memória fantasiosa, e esteticamente agradável, prendendo a atenção dos visitantes e incentivando-os a divulgar positivamente a existência desse equipamento cultural há vários anos em atividade na capital do Estado.



Membros do MPMA participaram da inauguração



Comissão Gestora do Programa Memória Institucional e colaboradores

Washington Luiz Maciel Cantanhêde

Promotor de Justiça titular da 25ª Promotoria Criminal de São Luís
3º Promotor do Júri da Capital.
Membro da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do MPMA

Fotos: CCOM-MPMA

A ESCOLA SUPERIOR NO CENTRO CULTURAL DO MP: DE VOLTA PARA O FUTURO*



Diretor da ESMP Márcio Thadeu

A Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão foi pensada para propiciar a membros e servidores de nossa instituição capacitação permanente para, preparados, altivos e altaneiros, enfrentarmos as tempestades que açoitam os valores constitucionais que nos cabe velar e promover.

Para tanto, o aperfeiçoamento funcional inicialmente desenhado desde a Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, precisava ser garantido por uma estrutura interna que exercesse essa atividade de forma continuada e planejada. Com a Constituição de 1988, em seu art. 39, § 2º, previu-se a criação,

pelos entes federados, das escolas de governo, com o propósito de promover a formação e o aperfeiçoamento de quem presta o serviço público.

As premissas para a criação de nossa Escola Superior estavam postas. Sobre esses ideais, um sonho foi sendo transformado em realidade, pela visão futurista de alguns, que tomaram para si a tarefa de organizar o órgão de formação e aperfeiçoamento funcional que propiciasse a membros e servidores cada vez mais a excelência da capacidade técnica e maior amplitude da qualidade do pensamento crítico sobre nosso papel na sociedade como novos agentes de transformação social. Destacam-se, nessa fase, a primeira Procuradora-Geral de Justiça escolhida segundo o procedimento ditado pelo texto da Constituição Cidadã, a Drª. Eimar Figueiredo de Almeida Silva e os hoje Procuradores de Justiça José Henrique Marques Moreira e Marco Antonio Anchieta Guerreiro, que trabalharam intensamente na elaboração da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, marco legal que antecedeu mesmo a norma institucional nacional.

* Texto compilado a partir do discurso do Promotor de Justiça/Diretor da Escola Superior do Ministério Público Márcio Thadeu Silva Marques, na cerimônia de reinstalação da Galeria de Diretores e de entrega do título de Professor Emérito aos ex-diretores, em 27.02.2019, na sede da ESMP, no Centro Cultural do MPMA.

Em 25 de outubro de 1991, com a Lei Complementar Estadual nº 13, foi criada a Escola Superior do Ministério Público que hoje conhecemos, instituída como órgão auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça e que visa a preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como ao oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral. Mas era preciso fazer instalar e funcionar a Escola Superior, o que foi conquistado no ano seguinte, em modestas instalações, nas dependências da sede da Associação do Ministério Público, no Centro histórico, e com reduzida, mas valorosa equipe, iniciando a trajetória da mais antiga escola de governo do sistema de Justiça maranhense dirigida pela própria instituição.

A definição dos limites de sua organização e atividades, nos moldes atuais, veio com o Regimento Interno datado de 2005, que incorporou o regimento do programa de pós-graduação, um marco destacado da Escola Superior do Ministério Público, primeira instituição do sistema de Justiça no Maranhão a obter o credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação para a oferta e certificação de Especializações. A Escola crescia em volume de serviços ofertados a seu público e na complexidade das atividades realizadas, o que passou a incluir a organização do Congresso Estadual do Ministério Público. Já não cabia mais nas novas instalações, na sede da Procuradoria Geral de Justiça de então, à época situada neste mesmo endereço da Rua Oswaldo Cruz, 1396, no Centro de nossa bela capital.

A mudança de endereço para o amplo espaço da cobertura do edifício Metropolitan, na Avenida dos Holandeses, 07 – Calhau, representou uma nova fase de ainda mais intensos trabalhos, demonstrando a relevância de que nossas atividades se dessem com o destaque e importância institucionais à altura de nossa missão. Das janelas daquela sede se divisava o horizonte, pleno de possibilidades, até mesmo de cooperações internacionais e de articulações com outras instituições de formação. Seguimos em frente, construindo a cada dia novas formas de exercermos o mister de nossa Escola, atingindo um protagonismo que nos posicionou como protagonistas na formação da Escola Nacional do Ministério Público, órgão do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP, bem assim nas relações com o Conselho Nacional do Ministério Público, por sua Unidade Nacional de Capacitação, que adotou soluções tecnológicas criadas pelo *Parquet* timbira.

Retornamos para o Centro Histórico, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, para compormos o Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público, outra inovação institucional na promoção dos direitos fundamentais e na aproximação com a sociedade, em um momento de retomada de nosso programa de pós-graduação, graças à confiança que orgulhosamente recebemos do Conselho Estadual de Educação, com uma especialização de desenho inédito no cenário das escolas de governo de nosso ramo: o curso de GESTÃO E GOVERNANÇA EM MINISTÉRIO PÚBLICO.



Ex-Procuradora de Justiça Elimar Figueiredo enalteceu o papel de cada homenageado na formação da ESMP

Seguimos fortalecendo o inestimável legado que recebemos, instalando, pela autorização do Colendo Conselho Pedagógico, sete Núcleos de Pesquisa, para a investigação científica de problemas sociais e institucionais que desafiam nossa atuação, como também com a realização de atividades de extensão voltadas principalmente para a educação em direitos humanos, matéria-prima do fazer ministerial. Se hoje a Escola Superior nos encoraja a voar para, desse ângulo, melhor conhecermos a planície que queremos igualitária e promotora de todos os direitos para todas as pessoas, o fazemos pelo sonho de Ícaro acalentado e concretizado por José Henrique Marques Moreira (1991-1994); Elimar Figueiredo Almeida Silva (1995-1996); João Raymundo Leitão (1997-2000); Terezinha de Jesus Guerreiro (2001-2004); José Antônio Oliveira Bents (2005-2007); Marco Antonio Anchieta Guerreiro (2008-2010); Lena Cláudia Ripardo Pauxis (2010-2012); Themis Maria Pacheco de Carvalho (2012-2014); e, Ana Teresa Silva de Freitas (2014-2018). Por deliberação unânime do Conselho Pedagógico da ESMP, foram todos eles homenageados com o título honorífico de PROFESSOR EMÉRITO, pela contribuição para a formação da Escola Superior do Ministério Público, sendo a láurea entregue em 27 de fevereiro de 2019, mesma data da atualização da Galeria de Diretores desta Escola Superior.

Estamos retomando nossa história para construirmos o futuro. Nosso novo endereço sintetiza este movimento. A generosa oferta do espaço deste artigo pela Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão é registro da importância da criação do Centro Cultural e da reunião física dos órgãos aqui alocados para o pleno exercício do direito à memória e à informação do cidadão em face da instituição ministerial.



Inauguração da galeria dos ex-Diretores da ESMP, em 27 de fevereiro de 2019